



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

### COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº, DE 2024

(Do Sr. Marcos Pollon)

Requer a convocação do Excelentíssimo Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária, **Sr. Carlos Fávaro**, a fim de esclarecer ações de seu Ministério, no que tange aos estoques e necessidade de importação de arroz pelo Brasil.

Senhora Presidente,

Requeiro a V. EX<sup>a</sup>. com fundamento no Art. 50, da Constituição Federal, e na forma dos Art. 117, II (Questões de Ordem 80/2019 e 18/2023) e 219 I, do Regimento Interno a Câmara dos Deputados, a convocação do Excelentíssimo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, Sr. Carlos Fávaro para esclarecimentos sobre a necessidade de importação de arroz e o seu estoque nacional.

### JUSTIFICAÇÃO

No exercício do meu mandato de Deputado Federal, amparado pelo dever constitucional de fiscalizar os atos do Poder Executivo, venho requerer seja convocado o Ministro em tela para esclarecimento de ações de seu Ministério no que tange aos estoques e necessidade de importação de arroz pelo País.

A defesa intransigente do Estado Democrático de Direito é princípio inviolável de nossa Constituição Federal, o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro em

Apresentação: 03/06/2024 11:42:41.573 - CAPAD

REQ n.68/2024





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 03/06/2024 11:42:41.573 - CAPAD

REQ n.68/2024

diversas oportunidades afirmou que a política se faz apenas de acordo com o determinado na nossa Carta Magna e nas Leis infraconstitucionais positivadas.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Atacar princípios constitucionais não deveria ser prática do atual governo federal, mas o que vemos dia após dia é a violação de inúmeros preceitos e fundamentos constitucionais sendo violados e desrespeitados.

Este caso da importação de arroz é mais uma interferência no mercado interno, hoje, neste ano, não temos a necessidade de importação de qualquer produto agrícola pois a perda de produção do Rio Grande do Sul não afeta o consumo interno.

Um estudo realizado pela consultoria Datagro revelou que a produção agrícola, especialmente de culturas fundamentais como arroz, soja e milho, enfrenta riscos significativos de perdas diante as enchentes que atingem o Rio Grande do Sul. O estado, sendo o maior produtor de arroz do Brasil devido a sua contribuição de 70% da produção nacional, pode ver uma redução de 10 a 11% no setor do arroz, o que representa um prejuízo estimado em R\$ 68 milhões de reais.

De acordo com o presidente da Conab, Edemar Pretto, o arroz comprado pelo governo terá uma embalagem diferenciada e o valor que deve ser vendido. O arroz que será comprado terá uma embalagem especial do governo federal e vai constar o preço que deve ser vendido ao consumidor. O preço máximo estabelecido ao consumidor será de R\$ 4,00,



\*CD245195586400\*



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 03/06/2024 11:42:41.573 - CAPAD

REQ n.68/2024

informa órgão do governo, o que deixa clara a intenção de propagandear o atual governo, pois na verdade não há a necessidade da importação de arroz.

Segundo o governo, a norma (portaria) para a importação de arroz foi criada para reduzir consequências sociais e econômicas das tragédias climáticas no Rio Grande do Sul, principal produtor do grão no país. Em publicação nas redes sociais, o perfil do Ministério do Desenvolvimento Agrário afirmou que "não vai faltar arroz na mesa dos brasileiros", porém como citado anteriormente essa tragédia que se abateu o Rio grande do Sul não causará desabastecimento a população brasileira.

Está clara a intenção do governo em tentar fazer crescer seus índices de popularidade, que anda em baixa, com um engodo na importação de arroz, pois o mercado nacional está abastecido.

Obviamente veremos mídias do atual governo com falácias apontando que “graças ao governo” não faltará arroz no país, e como vimos isso não representa a atual realidade da safra de arroz brasileiro.

Em detrimento ao que o atual governo afirma, o presidente da Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA), deputado Pedro Lupion ( PP-PR) afirmou que a iniciativa do governo em tentar vender arroz com marca própria, representa “abuso de poder político”. Ele aponta que o estado do Rio Grande do Sul (RS) colheu praticamente toda a safra e que não há necessidade de importar.

Não, o país e os produtores agrícolas não podem se sujeitar às vontades politiqueras de seus governantes, tanto a produção, quanto a distribuição do arroz vem sendo realizadas de acordo com anos anteriores e apenas causando uma diminuição pequena na produção do produto.

Os produtores não foram os únicos a chamar a atenção para a irracionalidade da interferência governamental; economistas e a academia também apontaram a falta completa de lógica na ideia de importar arroz e colocar a Conab para cuidar do processo de uma ponta a outra.

A pior situação que podemos ter em um governo, ou falta dele, é o uso político da desgraça de seu povo, e é exatamente isso que esse péssima administração do país tem feito com a tragédia vivida pelos gaúchos.





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 03/06/2024 11:42:41.573 - CAPAD

REQ n.68/2024

O uso político fica transparente como água, pois o secretário de Política Econômica, Guilherme Mello, afirmou, nessa quinta-feira (16/5), que “não há nenhum risco” em relação ao abastecimento da população, mesmo com a devastação das colheitas pelas enchentes no RS.

Há a necessidade de esclarecimentos dos questionamentos acima, pois como vimos está clara a intenção do atual governo em usar a tragédia vivida pelos moradores do Rio Grande do Sul para ganhos politiquieiros, que violam o estabelecido em nossa Carta Magna.

Usar o drama gaúcho para autopromoção com fotos e narrativas constrangedoras, para perseguir críticos e para dar início à corrida pelo governo do estado em 2026 já é suficientemente baixo; aproveitar a tragédia para desorganizar o agronegócio local alegando estar fazendo um favor à população, no entanto, é a mais completa falta de vergonha.

Certos da compreensão e do compromisso desta Casa Legislativa com a fiscalização de interesse público, solicitamos a inclusão e aprovação deste requerimento na pauta de deliberações do Plenário desta Casa, para que possamos avançar na busca por respostas e soluções.

Sala das comissões, em 03 de junho de 2024.

**MARCOS POLLON**

**PL/MS**

